

EDITORIAL

O Brasil vive um momento difícil em sua história. Mesmo sem problemas estruturais graves, o processo recessivo no qual o país emergiu parece não ter fim. A qualidade de vida da população brasileira, como não poderia deixar de ser, é afetada de forma (muito) negativa. Conquistas da Constituição Cidadã de 1988, que elevou os patamares de qualidade de vida da população brasileira, em função do discurso liberal, estão ameaçadas. Tempos sombrios.

O cenário torna-se mais assustador quando as universidades públicas, patrimônio da sociedade brasileira, passam por um processo de desmonte. O contingenciamento da ordem de mais de 30% dos valores discricionários, que têm a forma de corte e de chantagem pela aprovação da reforma de previdência, e o corte de bolsas de pesquisa por parte da CAPES colocam em jogo o futuro do Brasil. As universidades públicas brasileiras são responsáveis por mais de 95% do conhecimento produzido, colocando o Brasil na 13ª posição mundial da produção do conhecimento.

A universidade pública é o único serviço que, na concorrência público-privado, no Brasil, apresenta qualidade muito superior do público. E é justamente no que o Brasil tem de melhor que está ocorrendo o desmonte. Entre as muitas justificativas para tal desmonte, a reversão dos investimentos dos níveis superiores para os níveis básicos de educação. Tal justificativa, associada com uma vislumbrada privatização do ensino superior, é um crime de lesa-pátria. Os níveis básicos e superiores de educação são complementares e interdependentes. Sem universidades de qualidade, a educação básica será ainda muito pior, mesmo colocando dinheiro. A formação majoritária para os níveis básicos de ensino é feita, como o próprio MEC afirma, pelas instituições privadas de ensino. Os resultados, como o do Pisa, estão dados e são catastróficos.

As melhores universidades do mundo são as universidades de pesquisa. No Brasil, com raras exceções, a pesquisa de qualidade é feita nas universidades públicas. Desmontar o sistema público de universidade é condenar o Brasil a condição de um país exportador de *commodities*. A condição, no futuro, certamente, colocará (mais) muitos milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza. A qualidade de vida, que desde 1988 avançou, inevitavelmente decairá ainda mais. Parece que o ponto de inflexão já foi atingido no Governo Dilma.

A promessa do Governo Bolsonaro é elevar o investimento em ciência e tecnologia de 1,3% para 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em quatro anos, sem prejuízo da educação, saúde e saneamento básico. Se for assim, teremos um país melhor. Infelizmente, o contingenciamento em curso produz um movimento concreto em direção oposta.

A Revista Brasileira de Qualidade de Vida, local de difusão do conhecimento produzido principalmente por pesquisadores oriundos de universidades públicas, não poderia deixar de registrar com extrema preocupação a situação. A histórica falta de prioridade da educação e o desmonte atual das universidades públicas, depois de um período de grande e necessária expansão, permite caricaturar um país com níveis cada vez mais reduzidos de qualidade de vida.

Luiz Alberto Pilatti

Editor